

O Pensamento de Wittgenstein

Subjetividade no Segundo Wittgenstein

Subjectivity in the Second Wittgenstein

João Henrique Lima Almeida¹ 

¹Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana, Bahia, Brasil

RESUMO

Este escrito contém a crítica de noções tradicionais de subjetividade realizada pelo assim chamado Segundo Wittgenstein, cujo pensamento se expressa principalmente nas *Investigações Filosóficas*. Como o próprio Wittgenstein recomenda, as passagens de seu segundo pensamento serão confrontadas às suas primeiras formulações sobre o “sujeito”, que tinham relação íntima com a noção de sujeito em Schopenhauer. Após abordarmos brevemente a concepção de sujeito no *Tractatus*, apresentaremos três aspectos da crítica wittgensteiniana da subjetividade a partir de suas *Investigações*. Após isso, comentaremos duas tentativas de se extrair uma formulação positiva da subjetividade em Wittgenstein, realizadas por Chantal Bax e Søren Overgaard. Além de expor o aspecto negativo, ou crítico, das formulações de Wittgenstein sobre a subjetividade, pretendemos responder se o sujeito e a subjetividade, para o Segundo Wittgenstein, podem ser conhecidos, e se é possível extrair uma formulação positiva da subjetividade dos escritos wittgensteinianos.

Palavras-chave: Subjetividade; Comportamento; Wittgenstein

ABSTRACT

This writing contains the criticisms of traditional notions of subjectivity made by the thus called Second Wittgenstein, whose thought expresses mainly in the *Philosophical Investigations*. As Wittgenstein himself recommends, the parts of his second thought will be faced up to his first formulations about the “subject”, that had close relation with the notion of subject in Schopenhauer. After we approach briefly *Tractatus*'s conception of subject, we will present three aspects of Wittgensteinian critique of subjectivity since his *Investigations*. After that, we will comment two attempts to extract a positive formulation of subjectivity in Wittgenstein, made by Chantal Bax and Søren Overgaard. Beyond exposing the negative, or critical, aspect of Wittgenstein's formulations about subjectivity, we intend to answer if the subject and subjectivity, for the Second Wittgenstein, can be known, and if it is possible to extract a positive formulation of subjectivity of wittgensteinian writings.

Keywords: Subjectivity; Behaviour; Wittgenstein

“Aquele que tudo conhece mas não é conhecido por ninguém é o SUJEITO”.

Arthur Schopenhauer¹

I

No prefácio das *Investigações Filosóficas* Ludwig Wittgenstein adverte que esse livro, continente das suas “novas ideias”, obterá a “iluminação correta” apenas em contraste e contra o pano de fundo do seu “velho modo de pensar”². Esse modo de se referir ao seu próprio pensamento é um dos motivos pelos quais se convencionou falar de Primeiro e Segundo Wittgenstein, tendo o primeiro, ou suas “velhas ideias”, ganhado expressão no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Nada mais justificável, então, que, ao tematizar a subjetividade no Segundo Wittgenstein, esboce a noção de sujeito no Primeiro Wittgenstein.

Existe mais de um sentido no qual é possível dizer que o *Tractatus* é uma obra antipsicologista. Um deles é a ruptura com a noção tipicamente moderna de que representações (*Vorstellungen*) medeiam a relação entre sujeito e mundo. No sentido de *Vorstellung*, a representação é, grosso modo, um objeto mental que espelha objetos físicos, ainda que espelhe sob categorias próprias do sujeito, como quer Kant. No *Tractatus*, a tarefa de representação do mundo é de responsabilidade da linguagem, sob a forma de uma afiguração (*Abbildung*). A respeito da noção de afiguração existe uma disputa de interpretações. Uma delas aponta a influência de Schopenhauer e do fenomenalismo de Mach, que aproximaria essa afiguração de uma *Vorstellung*, como parece ser a leitura do Círculo de Viena; outra aponta para a influência de Hertz e Boltzmann, que a aproxima a afiguração de uma *Darstellung* ou apresentação, que é um modelo público, como apresentam Janik e Toulmin³. Estes autores mostram como a

¹ W I, §2.

² WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, p. 4.

³ JANIK; TOULMIN, **A Viena de Wittgenstein**.

segunda interpretação é mais acertada ao espírito do *Tractatus* e da virada linguística.

Um outro sentido no qual o *Tractatus* é uma obra antipsicologista se relaciona àquilo que pode ser dito. No *Tractatus*, aquilo que pode ser dito, afigurado linguisticamente, é o mundo. Com efeito, “os limites de minha linguagem significam os limites do meu mundo”⁴. Todavia, em subordinação a essa proposição, há outra que diz: “O sujeito não pertence ao mundo, mas é um limite do mundo”⁵. Assim, para o primeiro Wittgenstein, falar do sujeito e seus predicados (subjetividade) está além ou aquém da possibilidade de expressão linguística. Estão fora do domínio da linguagem, portanto, expressões como: “Eu sinto isso”, “Eu creio nisso”, “Tenho esperança naquilo”, “Tenho medo disso” e outras expressões que manifestem fenômenos psicológicos. Trocando em miúdos, essas expressões não formam proposições verificacionais, não podem ser confrontadas com o mundo, uma vez que tentam se referir ao sujeito, que está fora do mundo. Nesse sentido, sim, é possível dizer que o espírito do *Tractatus* se aproxima de Schopenhauer, que diz que o sujeito não é conhecido por ninguém.

Um certo antipsicologismo persiste no pensamento do Segundo Wittgenstein, que tem sua expressão mais acabada nas *Investigações*, ainda que movido por um espírito distinto do *Tractatus*. No Segundo Wittgenstein, a afiguração do mundo deixa de ser o único ato linguístico com sentido para se tornar apenas um jogo de linguagem entre outros, que se constituem e se desenvolvem na mesma medida em que a linguagem é praticada. Por conseguinte, se antes o sujeito era um ator posicionado *a priori* fora do mundo sendo seu único ato com sentido o de afiguração, agora, com a variabilidade dos atos linguísticos, diversas formas de expressão do sujeito ganham direito de cidadania lógica. Exteriorizações de sensações, de crença, de esperança e de medo passam a ter sentido se considerados dentro de seus esquemas lógicos constitutivos, seus jogos

⁴ WITTGENSTEIN, *Tractatus Logico-Philosophicus*, §5.6.

⁵ WITTGENSTEIN, *Tractatus Logico-Philosophicus*, §5.632.

de linguagem. Então o sujeito não é mais um ator de um ato só aprioristicamente determinado, mas um ator que co-varia com a linguagem, podendo sempre desenvolver novas formas de expressão⁶. Do mesmo modo, os predicados que podem ser atribuídos ao sujeito, sua subjetividade, organizam-se segundo gramáticas regionais, que Wittgenstein investigará especialmente nos escritos sobre Filosofia da Psicologia⁷.

Muito embora a subjetividade possa agora ser investigada logicamente por meio de suas expressões linguísticas, um antipsicologismo, como dissemos, persiste. Ele pode ser localizado na noção de que os significados dos conceitos linguísticos, mesmo os psicológicos, não são determinados de maneira causal por elementos factuais, como fenômenos psíquicos, mas pela gramática que os rege. Significado é, então, o uso do conceito no interior de um jogo de linguagem⁸. Isso não quer dizer que a subjetividade não preste papel algum na formação dos conceitos e jogos de linguagem psicológicos. Uma vez que a gramática se origina nos atos humanos concretos, os comportamentos e exteriorizações primitivas estarão na base de sua formação como uma rocha matriz. Esses comportamentos e exteriorizações formam a própria linguagem através da qual é possível organizá-los e compreendê-los. Isso torna possível se falar de um círculo virtuoso entre a subjetividade e a gramática que a exprime.

Ao conceder direito de cidadania lógica à subjetividade, tornando sua investigação possível através de suas leis de evidência, Wittgenstein precisa evitar o risco de serem contrabandeadas um conjunto de imagens muito persuasivas do que o subjetivo pode significar. E cabe à Filosofia, como atividade negativa,

⁶ “No que diz respeito a uma filosofia da psicologia, essa nova atitude [Segundo Wittgenstein] tem como consequência capital negar direito de cidadania lógica a um sujeito cuja constituição fosse prévia aos próprios atos de significação” (OLIVEIRA, **Pensamento e Subjetividade em Wittgenstein**, pp. 142-3).

⁷ Tratam-se dos manuscritos e datiloscritos publicados como **Remarks on the Philosophy of Psychology I e II e Últimos escritos sobre a Filosofia da Psicologia**.

⁸ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §43.

desenredar os nós causados por essas imagens, ou mostrar à mosca o caminho para fora da garrafa⁹.

Nas *Investigações* e nos escritos sobre Filosofia da Psicologia é possível encontrar um conjunto de métodos que Wittgenstein utiliza para explicitar o contrassenso característico de algumas noções de subjetividade, como tentaremos mostrar na seção a seguir. Nela, destacaremos três proposições que exprimem determinadas imagens da subjetividade e mostraremos como as formulações de Wittgenstein podem ser tomadas como críticas a tais imagens. Essa será a parte do nosso escrito cujo objetivo principal é expor as formulações negativas de Wittgenstein sobre a subjetividade, ou o que a subjetividade não é.

Todavia, extrair uma tese positiva do que pode significar a subjetividade para Wittgenstein é uma tarefa desafiadora, por conta de seu estilo, e no limite indesejável, porquanto, segundo ele mesmo, a formulação de teses é uma atividade científica por excelência e não filosófica¹⁰. A despeito disso, autores como Overgaard¹¹ e Bax¹² arriscaram uma formulação positiva da noção de subjetividade em Wittgenstein. O primeiro aproxima as investigações wittgensteinianas de investigações fenomenológicas, que o fariam se assemelhar a um Heidegger; e o segundo compreende que para Wittgenstein a subjetividade é intrinsecamente social. Avaliaremos na terceira seção a justeza da atribuição de formulações positivas sobre a subjetividade à Wittgenstein.

II

Nosso objetivo nesta seção será apresentar as críticas de Wittgenstein a noções tradicionais de subjetividade, ou seja, suas formulações negativas sobre o tema. Para alcançar esse objetivo, nos utilizaremos de três proposições que

⁹ WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations* §109, §309.

¹⁰ WITTGENSTEIN, *Philosophical Investigations*, §109.

¹¹ OVERGAARD, *Wittgenstein on Subjectivity*.

¹² BAX, *Subjectivity after Wittgenstein*.

exprimem imagens tradicionais do subjetivo. São elas: (i) A vivência subjetiva é a essência de determinados processos objetivos; (ii) A subjetividade é redutível a processos fisiológicos; e (iii) Apenas o sujeito possui acesso à subjetividade e observadores externos podem apenas inferi-la. Nota-se que as proposições (i) e (ii) realizam enunciados ontológicos sobre o subjetivo e a proposição (iii) realiza um enunciado epistemológico. Começemos pela proposição (i).

A proposição (i) diz: A vivência subjetiva é a essência de determinados processos objetivos. Incluem-se como processos objetivos o ambiente que o indivíduo está inserido e seus processos comportamentais. Portanto, para fins de análise, essa proposição pode se desdobrar em duas: (a) A essência de nossa apreensão das propriedades do ambiente é a vivência subjetiva; e (b) A essência de nossos processos comportamentais é a vivência subjetiva que os acompanha.

A proposição (a) pressupõe que nosso processo de apreensão do ambiente é um processo direto, imediato, no modelo de uma impressão sensorial que realiza cópias subjetivas do mundo externo. Mais especificamente, cópias das cores e formas do mundo externo, que seriam completadas pelo nosso intelecto gerando uma percepção. Construiríamos assim uma noção de “vermelho” a partir da apreensão de formas da cor vermelha, sendo a essência do vermelho nossa vivência subjetiva dele.

Bem, Wittgenstein diz que “Vermelho é algo específico; mas não vemos isso quando olhamos para algo vermelho. Ao invés disso vemos os *fenômenos* que nós *limitamos* por meio do jogo de linguagem com a palavra ‘vermelho’”.¹³ O que ele está dizendo é que há um primado da técnica na nossa apreensão de fenômenos. Ou seja, fenômenos são limitados, organizados, pelos jogos de linguagem que os envolvem. O jogo de linguagem, como conjunto de atividades orientadas por regras, é o terreno no qual aprendemos e aplicamos conceitos. Ver vermelho, portanto, já é uma atividade no interior de um jogo de linguagem que normatiza o

¹³ WITTGENSTEIN, **Remarks on the Philosophy of Psychology I**, §619.

uso do conceito de vermelho. Isso impede que digamos que é a nossa vivência subjetiva de vermelho que garante que identifiquemos outros objetos vermelhos, como se contássemos uma tabela interior associando o nome vermelho a uma amostra de vermelho. Ao invés disso, é o modo como aprendemos a empregar a palavra “vermelho” e os contextos nas quais a palavra é empregada que “limitam o fenômeno”. Isso não faz que nossa apreensão do vermelho seja indireta e mediada. Ela continua a ser direta e imediata, mas não no modelo de uma cópia subjetiva, e sim como um ato que já é orientado por regras e por isso possui um papel no interior de um jogo de linguagem. Nesse sentido, para Wittgenstein, a essência da nossa apreensão das propriedades do ambiente não é a nossa vivência subjetiva dessas propriedades, mas está nos jogos de linguagem que regem o emprego dos conceitos relativos a essas propriedades e que regem nossa ação no interior desse ambiente.

Isso poderia significar que a vivência subjetiva não é importante para Wittgenstein. Mas não se trata disso. Muito embora o jogo de linguagem dependa para seu funcionamento de critérios exteriores, comportamentais, Wittgenstein não deixa de atribuir importância ao fato de que jogos de linguagem estão enraizados no comportamento humano primitivo¹⁴. E o comportamento primitivo, como gestos, caretas, choros, possuem relações internas¹⁵ com nosso mundo interior. Quando Wittgenstein, por exemplo, fala sobre o aprendizado da nomeação de sensações, como da dor, sua ênfase é justamente nas expressões naturais dessa sensação, como o grito ou choro infantil. Esse vínculo interno entre sensação e expressão garante que a sensação possa ser nomeada, porque poderemos ensinar à criança expressões verbais que substituam a expressão natural e que assim manterão o vínculo interno com a sensação¹⁶.

¹⁴ “Nossa linguagem é um auxiliar e uma extensão do comportamento mais primitivo. Nosso jogo de linguagem é comportamento” (WITTGENSTEIN, **Remarks on the Philosophy of Psychology I**, §151).

¹⁵ Ter Hark (**Beyond the Inner and the Outer**, p. 47) confere três características de uma relação interna em Wittgenstein: “(i) É impossível que ambos os *relata* não tenham essa relação entre si. (ii) A relação não é mediada por um terceiro termo. (iii) A relação interna existe na prática, na linguagem”.

¹⁶ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §244.

Isso faz com que muitos de nossos jogos de linguagem se erijam sobre a base de expressões de vivências subjetivas, como os jogos de linguagem que envolvem conceitos psicológicos. A vivência subjetiva de dor, portanto, está na base do conceito de dor através de suas expressões, muito embora não determine *a priori* todas as possibilidades de expressão. Correlativamente, a forma como empregamos o conceito de dor regula a nossa compreensão da dor, o que dá forma a um círculo virtuoso entre a subjetividade e a gramática psicológica.

Passemos agora para a proposição (b), que diz que a essência de nossos processos comportamentais é a vivência subjetiva que os acompanha. Nas *Investigações*, Wittgenstein explora pelo menos um desses processos. A saber, a leitura. Ao analisar os jogos de linguagem que envolvem a leitura, Wittgenstein se questiona quando podemos chegar à conclusão que um pequeno aprendiz está agora lendo. O que distingue a pessoa alfabetizada que passa o olho por um texto e o pronuncia em voz alta da pessoa analfabeta que passa o olho por uma frase e a pronuncia corretamente, mas de cor? Para Wittgenstein estaríamos inclinados a responder: “é uma atividade mental consciente distintiva”¹⁷. Isso quer dizer que a saída para o problema estaria no apelo aos elementos subjetivos que acompanham a leitura.

Mas e se alguém, sob efeito de alguma droga, passa o olho por um conjunto de signos que não pertencem a nenhum alfabeto e pronuncia sentenças com o sentimento de que está lendo? Diríamos que ela leu? E se essa mesma pessoa drogada lê um poema que nunca viu com o sentimento que está lendo de cor? Diríamos que ela não leu?¹⁸ Esses casos-limite fazem parte dos métodos filosóficos através dos quais Wittgenstein joga luz sobre o nosso uso dos conceitos. Com esses exemplos ele quer mostrar como os critérios para que digamos que alguém leu não residem nas vivências subjetivas que acompanham a leitura. Ao invés disso “em diferentes circunstâncias aplicamos critérios diferentes para a leitura de uma

¹⁷ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §156.

¹⁸ Cf. WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §160.

pessoa”¹⁹ Mais uma vez, se há uma essência, ela se localiza no contexto que circunda a ação.

Isso indica a existência de uma gramática do comportamento, que orienta a atribuição de determinados processos a outrem. Wittgenstein emprega métodos similares para a afirmação de que alguém compreendeu algo e também para a afirmação que alguém quis dizer algo com determinada palavra. A compreensão pode ser acompanhada por uma vivência subjetiva, um insight, mas não é essa vivência ela mesma a compreensão. “são as *circunstâncias* sob as quais tivemos uma vivência que o garantem dizer em tal caso que ele compreende, que sabe como proceder”²⁰.

Do mesmo modo o que queremos dizer com uma palavra não se mostra ao investigarmos o que se passava na mente do indivíduo enquanto enunciava a palavra, mas sim ao investigarmos contexto que regula o uso daquela palavra. Isso não implica que a vivência do significado, ou que Ter Hark chamou de “significado secundário” não exista. Podemos enunciar a palavra “rosa” e pensar, ora na cor, ora na flor. Mas essa vivência só se torna possível após o estabelecimento em jogos de linguagem dos dois significados primários daquela palavra com os quais a vivência se relaciona verticalmente²¹.

No fim das contas, podemos afirmar que muito embora vivências subjetivas possam estar na base de e prestar papéis em jogos de linguagem, elas não formam a essência destes, que são comportamentos normatizados. A compreensão, a leitura e o querer dizer podem contar com acompanhamentos subjetivos, mas não são eles mesmos a compreensão, a leitura, e o querer dizer. Não faz sentido, portanto, dizer que vivências subjetivas são a essência de processos objetivos.

Uma segunda imagem da subjetividade que nos cabe explorar se exprime na proposição (ii) A subjetividade é redutível a processos fisiológicos. Não é incomum

¹⁹ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §164.

²⁰ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, § 155.

²¹ TER HARK, **Beyond the Inner and the Outer**, p. 190.

veremos afirmações de que um dia, com o avanço da ciência, encontraremos explicações fisiológicas para vivências relacionadas ao desejo, à lembrança, ao sonho. Inclusive o discurso neurocientífico já contribui atualmente para a redução de vivência relacionadas à felicidade e ao amor à química cerebral. Essas são expressões contemporâneas do paralelismo psicofísico, que defende que conceitos psicológicos podem ser reduzidos a conceitos fisiológicos sem perdas. Sobre isso Wittgenstein diz:

O preconceito em favor do paralelismo psicofísico é também fruto de uma concepção primitiva de gramática. Pois quando se admite uma causalidade entre fenômenos psicológicos que não é mediada fisiologicamente se imagina que fazer isso é admitir a existência de uma alma *ao lado* do corpo, uma natureza mental fantasmagórica²².

Aqui Wittgenstein assinala a possibilidade de uma causalidade psíquica não mediada fisiologicamente, mas que não implique na dissociação entre alma e corpo. Isso seria possível através de sua concepção de gramática em detrimento de uma concepção primitiva, que agiria em favor do paralelismo psicofísico. Sua concepção de gramática indica a presença de critérios públicos para a atividade linguística, como a do emprego de termos relativos ao subjetivo. A subjetividade, como vimos, se expressa através de uma gramática psicológica da qual está na base²³. Nesse sentido, os fenômenos psicológicos, tais quais conhecemos, são organizados segundo uma gramática fundada em critérios públicos dos quais elementos neurofisiológicos não participam. Com o nosso avanço futuro no conhecimento de fatos neurofisiológicos, os jogos de linguagem certamente mudarão, e com eles nossos conceitos. Mas isso não significa que os conceitos psicológicos que empregamos hoje sejam redutíveis a conceitos neurofisiológicos.

Para que o argumento se torne mais compreensível, nos é oportuno apresentar a noção wittgensteiniana de assimetria entre expressões em primeira

²² WITTGENSTEIN, **Remarks on the Philosophy of Psychology I**, §906.

²³ Trocando em miúdos: As expressões primitivas daquilo que é subjetivo originam uma gramática que permite outras manifestações de subjetividade. A subjetividade é base daquilo que é sua própria condição de expressão.

e terceira pessoa do singular no presente do indicativo. Essa assimetria, que Wittgenstein irá explorar nos manuscritos e datiloscritos sobre Filosofia da Psicologia, publicados após as *Investigações*, já se manifesta nas *Investigações* na seção 377. Ao se perguntar pelos critérios para a vermelhidão de uma imagem mental, Wittgenstein diz: “Para mim, quando é a imagem de outra pessoa: o que ele diz e faz. Para mim, quando é minha imagem: nada”. Se alguém realiza a asserção “J.H. vê vermelho”, seus critérios são o meu comportamento, mas se eu realizo a asserção “vejo vermelho” não me baseio em nenhum critério presente. Seria absurdo pensar que o critério para a minha exteriorização de tal vivência subjetiva seja o traço óptico ou neural deixado pelo estímulo de intensidade vermelha. Apenas num contexto de experimento neurofisiológico o traço óptico ou neural pode ser critério para qualquer coisa. A asserção que faço é ela mesma manifestação da vivência, não observo meu olho, meu cérebro, meu comportamento, nem meu interior para fazê-la.

Nesse sentido a manifestação de vivência que tem lugar no uso dos conceitos psicológicos é completamente distinta da observação e descrição de um traço óptico ou neural que origina conceitos neurofisiológicos. Estas últimas ocorrem no contexto de um experimento e baseiam-se na observação do cérebro e do olho, tendo estes por critério, enquanto que a manifestação não requer critério algum. Logo, muito embora a fisiologia possa estar na base causal de fenômenos subjetivos, a subjetividade não é ela mesma redutível a processos fisiológicos.

A introdução da noção de assimetria entre primeira e terceira pessoa nos permite realizar uma ponte com a proposição (iii), que diz que apenas o sujeito possui acesso à subjetividade e observadores externos podem apenas inferi-la. Essa é uma imagem muito persuasiva da subjetividade, uma vez que é admitido que a asserção de vivências subjetivas em terceira pessoa requer critérios comportamentais, enquanto que a asserção em primeira pessoa não requer critério algum. Isso nos conduziria a pensar que a primeira pessoa possui conhecimento direto sobre sua subjetividade e a terceira pessoa apenas

conhecimento indireto. Essa é uma consequência epistemológica que pode ser traçada da assimetria. Todavia, embora persuasiva, essa consequência é uma ficção flagrada por Wittgenstein.

Num dos parágrafos publicados na parte I dos *Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia*, Wittgenstein diz:

Parece que é assim: há um interior, sobre o qual se podia tirar apenas conclusões precipitadas a partir de um exterior. É uma imagem e o que a justifica é óbvio. A aparente certeza da primeira pessoa, a incerteza da terceira²⁴.

Não é fortuita a caracterização da certeza da primeira pessoa como “aparente”, tampouco é fortuita a exclusão desse adjetivo na referência à incerteza da terceira pessoa. É que para Wittgenstein, os jogos de linguagem onde realizamos atribuições de certeza, dúvida e conhecimento já são jogos de linguagem de segunda ordem, com os quais jogos de linguagem mais primitivos se relacionam verticalmente, para falar nos termos de Ter Hark²⁵. Isso quer dizer que para a certeza ser possível, é preciso ser possível também a dúvida.

O fato de que não duvidamos de nossas próprias sensações e demais vivências pode nos levar a crer que existe aí uma certeza. Mas essa ausência de dúvida não é contingente. É uma ausência de modalidade mais forte: a dúvida está logicamente excluída. Isto é, não é meramente uma generalização empírica que não duvidamos de nossas sensações. A lógica de nossa linguagem proíbe que digamos “Eu duvido que esteja com dores agora” ou “Eu duvido que esteja vendo vermelho agora” com sentido.

É por isso que também não fará sentido as atribuições de certeza em primeira pessoa com relação às suas próprias sensações no presente. “Estou certo de que estou com dores” não diz mais que “Estou com dores”. A certeza, assim como o conhecimento, requer a possibilidade de dúvida, e, portanto, a

²⁴ WITTGENSTEIN, *Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia*, I, §951.

²⁵ “A lógica do conhecimento é exclusiva de jogos de linguagem de segunda ordem, onde algo é asserido e onde asserções podem ser motivadas, testas, verificadas e falseadas na base de critérios” (TER HARK, *Beyond the Inner and the Outer*, p. 111).

possibilidade de testagens e verificações. Não pomos à prova nossa vivência como pomos à prova a vivência de outrem.

A atribuição de vivências em terceira pessoa, por outro lado, é um jogo de linguagem baseado na observação. Admite, então, a dúvida, a certeza, o conhecimento, a opinião, a descrição, a testagem e por aí vai. Mas essa atribuição em terceira pessoa possui uma particularidade que é: sempre podemos imaginar um contexto no qual a pessoa está dissimulando. Wittgenstein explora a dissimulação como um dos elementos que conferem uma incerteza constitutiva²⁶ a minha crença nas vivências de outrem.

A dissimulação, contudo, é um jogo de linguagem que se relaciona verticalmente com expressões de sensação, sendo assim possível apenas em contextos específicos. Para reconhecer uma expressão inautêntica de dor precisamos saber reconhecer uma expressão autêntica. É por isso que Wittgenstein diz que “você pode estar certo das sensações de outrem como de *qualquer fato*”²⁷.

No fim das contas, a assimetria entre primeira e terceira pessoa não é uma assimetria epistêmica, mas uma assimetria de posse²⁸. “Posso estar certo dos sentimentos de outrem, mas não é por isso que são meus”²⁹. As vivências que possuo não estão escondidas de outrem, elas podem estar manifestas, mas de uma forma distinta da qual estão manifestas a mim. Dizer que as minhas vivências estão escondidas do outro, seria o mesmo que dizer que os sons estão escondidos aos meus olhos³⁰.

²⁶ “A incerteza da afirmação ‘ele possui uma dor’ pode ser chamada de constitutiva” (WITTGENSTEIN, **Remarks on the Philosophy of Psychology I**, §141).

²⁷ WITTGENSTEIN, **Remarks on the Philosophy of Psychology II**, §566.

²⁸ “Meus pensamentos não estão (metafisicamente) escondidos de outra pessoa, mas estão *manifestos* de modos diferentes para mim e para ela; para mim, como expressões, para ela, como observações dessas expressões”. (TER HARK, **Beyond the Inner and the Outer**, p. 129).

²⁹ WITTGENSTEIN, **Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia**, I, §963.

³⁰ WITTGENSTEIN, **Remarks on the Philosophy of Psychology II**, §885.

Antes de concluir, ainda é possível extrair um pressuposto da proposição (iii) sem o qual ela colapsaria. É o pressuposto de que a subjetividade é composta por um conjunto de objetos que nomeamos. Seria possível, então, observar e descrever a subjetividade do mesmo modo que observamos e descrevemos objetos físicos. Mas se minha subjetividade se apresentasse a mim como um objeto físico, seria preciso o estabelecimento de uma linguagem privada para expressá-la. Se uma linguagem privada fosse possível, pensar que se seguiu uma regra linguística seria o mesmo que segui-la, o que é inadmissível numa linguagem³¹. Sendo impossível uma linguagem privada, seria também impossível introduzir o objeto subjetivo na linguagem ordinária e seria, por conseguinte, impossível conhecê-lo. O que Wittgenstein concluirá é que dizer que vivências como a sensação sejam um objeto do qual nada pode ser dito é o mesmo que dizer que a sensação é um Nada³². Como vimos, a sensação não é desimportante para Wittgenstein. Então romper com o modelo objeto-designação para a subjetividade é um movimento não para negá-la, mas sim para salvá-la.

Em suma, dizer que só o sujeito possui acesso à subjetividade é uma falácia induzida pela superfície da nossa linguagem. Ela apenas está acessível ao outro de modo distinto do que está acessível a mim, como o som está acessível ao meu olho de modo distinto do que está acessível ao meu ouvido.

Tendo apresentado as críticas de Wittgenstein a imagens tradicionais da subjetividade expressas nas proposições (i), (ii) e (iii), estamos em condições de investigar se dessa crítica podem ser extraídas teses positivas acerca da subjetividade, como pretendem extrair Chantal Bax e Søren Overgaard.

³¹ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §202.

³² WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §304.

III

Chantal Bax, em seu livro *Subjectivity after Wittgenstein*, e Søren Overgaard, no seu artigo *Wittgenstein on Subjectivity*, apresentam dois projetos que se assemelham sob um aspecto: defendem que comentadores de Wittgenstein por muito tempo se concentraram em extrair de sua obra formulações negativas sobre a subjetividade, cabendo agora extrair formulações positivas. Ambos sumarizam o que é pacífico entre comentadores acerca da crítica das noções tradicionais de subjetividade em Wittgenstein, como a negação do sujeito cartesiano, a negação do paralelismo psicofísico e a negação do behaviorismo, seja de tipo lógico, ontológico ou metodológico. É defendido que todos estes concordam no modelo objeto-designação para a subjetividade que, como vimos, Wittgenstein mostra ser um contrassenso. Após a sumarização dessas formulações negativas, os autores defendem, cada um, sua leitura sob o que haveria de positivo a se extrair do texto wittgensteiniano. O objetivo dessa seção é tecer uma breve crítica a essas defesas.

Para isso, nos concentraremos no que parece ser o aspecto principal de cada uma das defesas. O cerne da defesa de Bax pode ser expresso na seguinte proposição: (iv) Para Wittgenstein, a subjetividade é intrinsecamente social. Já o cerne da defesa de Overgaard pode ser expresso da seguinte maneira: (v) O que há de positivo sobre subjetividade em Wittgenstein são insights fenomenológicos semelhantes aos de Heidegger. Concentremo-nos primeiramente em Bax.

No seu livro, Bax diz:

De fato, e ainda que eu não tenha explicitado antes, que Wittgenstein tome a subjetividade como sendo intrinsecamente social já se torna claro nas observações das *Investigações* até a passagem na qual a ideia de assuntos mentais como literalmente objetos internos é desmascarada por meio do experimento de pensamento da caixa de besouro³³.

O experimento da caixa de besouro citado é um experimento de pensamento proposto por Wittgenstein nas *Investigações*, onde ele compara a concepção de dor

³³ BAX, *Subjectivity after Wittgenstein*, p. 56.

como objeto interno a ser nomeado pelo sujeito com a suposição de que todas as pessoas tivessem uma caixa com algo que chamassem de besouro, e ninguém pudesse olhar na caixa uma da outra. Cada um saberia o que é um besouro apenas por observação da sua própria caixa. Nesse caso, seria possível que todos possuíssem algo completamente distinto em sua caixa ou até mesmo nada! Isso porque o objeto, não possuindo manifestações públicas, não poderia participar do jogo de linguagem. A palavra “besouro” poderia ainda possuir uma função, mas essa não seria a de um nome³⁴.

Essa passagem está inserida no que se convencionou chamar de Argumento da Linguagem Privada (ALP), uma continuação das investigações sobre o que é seguir uma regra. No ALP, podemos dizer que uma das questões principais é: é possível elaborar e seguir uma regra privadamente? Bem, para Wittgenstein “seguir uma regra é uma prática”³⁵. É a própria prática, e não uma interpretação, que garante que alguém aprendeu a regra e age de acordo com ela³⁶. É por conta disso que Ter Hark dirá que o que garante a relação interna entre comportamento e regra, para Wittgenstein, é a própria prática³⁷. Partindo disso, Ter Hark afasta interpretações sociologistas de Wittgenstein, que diriam ser um acordo prévio socialmente estabelecido o que garante a relação entre regra e ação.

O sociologismo expressa uma confusão entre a dicotomia wittgensteiniana privado-público e a dicotomia individual-social. A conclusão de Wittgenstein de que a relação entre comportamento e regra só pode ser prática manifesta a impossibilidade de se elaborar uma regra privadamente e segui-la. Mas a negação da regra e da linguagem privadas não equivale à negação de uma linguagem individual. E, portanto, a conclusão de que a linguagem só pode se assentar em critérios públicos não equivale à conclusão de que a linguagem só pode se assentar em critérios sociais. Afinal, uma linguagem pode ser pública e individual.

³⁴ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §293.

³⁵ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §202.

³⁶ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §201.

³⁷ TER HARK, **Beyond the Inner and the Outer**, pp. 44-51.

Ter Hark é um dos comentadores que explora as passagens nas quais Wittgenstein apresenta a possibilidade de construção linguística por um Robinson Crusóe: uma linguagem não-social, mas não-privada. Ele pode, por exemplo, criar modelos de laços num cipó que o orientem na construção de laços futuros³⁸. Esta seria uma linguagem individual, mas pública, possuindo a possibilidade de socialização apenas em seu horizonte. Como dizem Baker e Hacker, é bem possível que uma linguagem não seja compartilhada, mas é preciso que seja compartilhável³⁹.

Trazendo essa discussão para o âmbito da subjetividade, poderemos dizer que o que é subjetivo precisa ser manifesto para se inserir numa linguagem. Mas como uma linguagem pode muito bem ser individual, não é necessária uma sociedade para que a subjetividade seja elaborada linguisticamente. Sendo assim, não é possível dizer, como diz a proposição (iv), que a subjetividade é, para Wittgenstein, intrinsecamente social. É bem provável que todos os conhecimentos que temos sobre a subjetividade sejam dependentes da sociedade na qual estamos inseridos. Mas isso é uma hipótese empírica. E hipóteses empíricas não são confirmadas por investigações gramaticais, como as de Wittgenstein. Elas dependem da verificação, método localizado fora do escopo da análise gramatical⁴⁰. Esse aspecto das *Investigações* passa batido pelas formulações de Bax que, com a negação da proposição (iv), ficam comprometidas.

A distinção entre empírico e gramatical também é oportuna para avaliar a proposição (v). Isso porque Overgaard, ao tratar da crítica wittgensteiniana, fala mais de uma vez que outras concepções de subjetividade são “contraditadas pelos fenômenos da experiência”⁴¹. Ao mesmo tempo, Overgaard em momento algum cita o termo “gramatical” em seu artigo. Essa assimetria não faz jus aos escritos

³⁸ MAGALHÃES, **Sobre certas dissimilaridades entre as Investigações filosóficas de Wittgenstein e o behaviorismo radical de Skinner**, p. 211.

³⁹ BAKER; HACKER, **Wittgenstein: rules, Grammar and Necessity**, p.168.

⁴⁰ “E não devemos promover nenhum tipo de teoria. Não deve haver nada de hipotético em nossas considerações. Toda explicação deve desaparecer e a descrição sozinha deve tomar seu lugar”. (WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §109).

⁴¹ OVERGAARD, **Wittgenstein on Subjectivity**, p. 268.

wittgensteinianos que, no espírito contrário, se afastam de investigações sobre a experiência e se concretizam como investigações gramaticais. A noção de gramática é uma das noções mais centrais para o segundo Wittgenstein, o que confere estranheza a essa inclinação do autor em colocar as investigações wittgensteinianas como fenomenológicas. Investigações gramaticais delimitam a experiência possível, mas isso não faz com que elas informem sobre “nossa experiência real de nós mesmos e dos outros”⁴². Prova disso é que frequentemente Wittgenstein usa de exemplos inventados para provar seu ponto, como o experimento do besouro na caixa.

Nesse sentido, se a crítica de Wittgenstein a noções tradicionais de subjetividade tivessem razão de ser porque essas noções são contrárias à nossa experiência cotidiana, Wittgenstein estaria advogando de uma hipótese empírica. Mas não se trata de negar a realidade empírica dessas noções, mas, como exposto na seção anterior, se trata de mostrar como essas noções não fazem sentido.

É por conta disso que o trecho “Minha atitude em relação a ele é uma atitude em relação a uma alma. Não sou da *opinião* que ele tem uma alma”⁴³ enunciado por Wittgenstein precisa ser compreendido gramaticalmente, e não fenomenologicamente, como faz Overgaard. Vimos na seção anterior que o jogo de linguagem que envolve a opinião é um jogo de linguagem de segunda ordem. Ele pressupõe que a opinião possa ser posta à prova e a dúvida seja também possível. Mas o que significaria duvidar que outrem possui uma alma ou uma subjetividade? Isso não é algo pelo qual se pode razoavelmente duvidar. Não jogamos o jogo de linguagem da dúvida tendo a alma de outrem como objeto. É por isso que se trata de algo mais elementar, é uma questão de atitude. Essa leitura é reforçada por Schulte, que diz que “A atitude que ele possui em mente é um

⁴² OVERGAARD, **Wittgenstein on Subjectivity**, p. 264.

⁴³ WITTGENSTEIN, **Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia, I**, §324.

modo arraigado de responder à outra pessoa: Não posso evitar percebê-lo como uma alma”⁴⁴.

Para chegar a essa conclusão, Wittgenstein não precisa observar a experiência real, mas analisar os jogos de linguagem característicos da opinião e compará-los aos jogos de linguagem através dos quais nos referimos à alma de outrem. Tudo considerado, torna-se menos defensável que as formulações wittgensteinianas acerca da subjetividade sejam resultantes de um insight fenomenológico. A proposição (v) não é razoavelmente defensável.

A dificuldade que envolve as tentativas de Bax e Overgaard, acabando por as enfraquecer, parece residir justamente no caráter das investigações wittgensteinianas. Wittgenstein faz questão de demarcar suas observações de observações empíricas, como quando diz que suas investigações não se dirigem aos fenômenos, mas às possibilidades dos fenômenos⁴⁵. E é a gramática quem delimita o possível do não possível que, para Wittgenstein, é o mesmo que delimitar o sentido do contrassenso. Sendo assim, não cabe à sua atividade filosófica tecer formulações positivas sobre como as coisas são. Por mais persuasivas que possam ser algumas imagens que extraímos do texto wittgensteiniano, elas não passam de imagens de fenômenos possíveis, que no mínimo não ferem nossas normas gramaticais de expressão. Dizer, por exemplo, que a imagem do aprendizado da nomeação da dor da seção §244 é a única possível, ou é como as coisas ocorrem – e portanto a subjetividade seria intrinsecamente social –, é trair o próprio texto wittgensteiniano, reificando o que não passa de *uma possibilidade*. Do mesmo modo a frase sobre nossa atitude direcionada a uma alma “embora tão enfática, não pode ser reduzida a uma tese”⁴⁶, como uma leitura fenomenológica pode reduzir.

⁴⁴ SCHULTE, **Pictures of the Soul**, p. 84.

⁴⁵ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §90.

⁴⁶ SCHULTE, **Pictures of the Soul**, p. 85.

IV

Tendo sumarizado a subjetividade nos escritos do que se convencionou chamar de Segundo Wittgenstein, retomemos a frase do *Tractatus* segundo a qual Wittgenstein afirma que o sujeito não pertence ao mundo. Essa frase está inserida num ambiente conceitual que fixa uma única função com sentido para a linguagem: a representação do mundo. Estando o sujeito fora do mundo, ele não pode ser alcançado pela linguagem e, portanto, não pode ser conhecido, como diz Schopenhauer.

No entanto, o ambiente das *Investigações* abre espaço para outras funções linguísticas, como a expressão. Com essa via aberta, o sujeito poderá se manifestar linguisticamente e seus atributos poderão ser conhecidos, como na expressão de dor, de medo, de vontade, de esperança, de intenção e de compreensão. Há aqui o reconhecimento de uma relação interna entre o que compreendemos como interioridade e caracteres exteriores.

O Segundo Wittgenstein não apenas compreende a linguagem em suas múltiplas funções, mas compreende que muitas dessas funções podem deixar de atuar e novas podem surgir, o que permite novos meios de manifestação linguística da subjetividade. O sujeito não possuirá mais, portanto, apenas um ato, o de representação do mundo, mas terá tantos atos quanto práticas linguísticas forem possíveis.

Isso significa que a subjetividade passará a possuir leis de evidência localizadas na linguagem, que envolve formas de expressão comportamentais. Estas leis são presididas por critérios pelos quais distinguimos estados subjetivos e os atribuímos a outras pessoas. São estes critérios que nos permitem afirmar que nem todos estados ou processos – comportamentais ou subjetivos – sejam redutíveis a vivências. É por isso que Wittgenstein distingue conceitos neurofisiológicos de conceitos psicológicos, distingue a perspectiva da primeira

pessoa da perspectiva da terceira pessoa e distingue estados de consciência, como a sensação, de disposições, como a compreensão.

Todas essas distinções são *conceituais* ou *gramaticais*. Logo, elas não informam sobre o que há, apenas exibem métodos de investigação sobre o sentido das proposições. Se a tão procurada formulação positiva da subjetividade em Wittgenstein for equivalente a um conjunto de proposições empíricas acerca dos nossos fenômenos subjetivos, então essa formulação não pode ser extraída dos seus escritos.

Finalmente, que o interior esteja logicamente atado ao exterior e estados subjetivos necessitem de critérios externos⁴⁷, não segue que o subjetivo se reduza ao comportamental. Como o próprio Wittgenstein disse, a alma não é somente algo sobre o corpo. Tal redução seria uma mesquinhez em categorias⁴⁸.

REFERÊNCIAS

BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: rules, grammar and necessity**. Volume 2 of an analytical commentary on the Philosophical Investigations. Oxford: B. Blackwell, 1992.

BAX, C. **Subjectivity after Wittgenstein: the post-Cartesian subject and the “death of man”**. Londres: Continuum, 2011.

JANIK, A.; TOULMIN, S. **A Viena de Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

MAGALHÃES, T. DE O. Sobre certas dissimilaridades entre as Investigações filosóficas de Wittgenstein e o behaviorismo radical de Skinner. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 24, n. 43, p. 175-225, 19 maio 2017.

OLIVEIRA, W. T. Pensamento e Subjetividade em Wittgenstein. **Analytica**. Revista de Filosofia, 22(1), 141-164, 2019.

OVERGAARD, S. Exposing the conjuring trick: Wittgenstein on subjectivity. **Phenomenology and the Cognitive Sciences 3**: 263–286, 2004.

⁴⁷ WITTGENSTEIN, **Philosophical Investigations**, §580.

⁴⁸ WITTGENSTEIN, **Remarks on the Philosophy of Psychology II**, §690.

RACINE, T.; SLANEY, K. **A Wittgensteinian Perspective on the Use of Conceptual Analysis in Psychology**. Palgrave Macmillan, 2013.

SCHOPENHAUER, A. **O Mundo como vontade e como representação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCHULTE, J. Pictures of the soul. *In*: RACINE, Timothy. SLANEY, Kathleen. **A Wittgensteinian Perspective on the Use of Conceptual Analysis in Psychology**. Palgrave Macmillan, 2013.

TER HARK, M. **Beyond the Inner and the Outer: Wittgenstein's Philosophy of Psychology**. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1990.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Remarks on the Philosophy of Psychology**, Vol. I e II. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 3.ed. 2.reimp. São Paulo: EDUSP, 2001.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophische Untersuchungen/Philosophical investigations**. 4^a ed. Blackwell Publishing, 2009a.

WITTGENSTEIN, L. Philosophy of Psychology – A Fragment. *In*: WITTGENSTEIN, L., **Philosophische Untersuchungen/Philosophical investigations** 4^a ed. Blackwell Publishing, 2009b, pp. 182-244.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia**. 2^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

Contribuição de autoria

1 – João Henrique Lima Almeida:

Graduando em Psicologia

<https://orcid.org/0000-0002-5702-3794> • joaohlalmeida@gmail.com

Contribuição: Pesquisa

Como citar este artigo

ALMEIDA, J. H. L. Subjetividade no Segundo Wittgenstein. **Voluntas Revista Internacional de Filosofia**, Santa Maria, v.12, e03, 2021. DOI 10.5902/2179378666486. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179378666486>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.